



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181197 - MS (2021/0221877-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
SUSCITANTE : SIMASUL SIDERURGIA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : RICARDO AMARAL SIQUEIRA - SP254579
ISABELLA KEMPTER - SP444974
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE CORUMBA - MS
SUSCITADO : JUÍZO DO TRABALHO DO CENTRO DE EXECUÇÃO E PESQUISA PATRIMONIAL DE CAMPO GRANDE - MS
INTERES. : EDNALDO RAMOS DOS SANTOS
ADVOGADOS : INDIANARA APARECIDA NORILER E OUTRO(S) - MS005180
MARCOS AROUCA PEREIRA MALAQUIAS - MS010786
BARBARA HELENE NACATI GRASSI FERREIRA - MS012466

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por SIMASUL SIDERURGIA LTDA., em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE CORUMBÁ (MS) e o JUÍZO DO TRABALHO DO CENTRO DE EXECUÇÃO E PESQUISA PATRIMONIAL DE CAMPO GRANDE (MS).

Aduz a suscitante que o Espólio de Francisco de Assis Moura e outros ajuizaram contra si ação de resolução contratual, c/c cobrança e indenização por lucros cessantes com pedido liminar, perante o Juízo da 3ª. Vara Cível de Corumbá (MS), autuado sob n. 0803127-78.2020.8.12.0008, postulando a rescisão do Contrato Particular de Compra e Venda de Minério de Ferro que firmaram em 3/11/2017, no qual os autores disponibilizaram à suscitante "os direitos minerários representados pelos processos DNPM nº 868.215/2014, 868.214/2014, 868.142/2011 e 868.251/2011 para exploração" (fl. 4).

Em liminar, os autores requereram a concessão de tutela de urgência a fim de que pudessem dispor livremente do direito remanescente n. 868.215/2014, cujo vencimento está previsto para o dia 4 de outubro de 2022, o que foi indeferido pelo Juízo, cuja decisão foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, nos autos da execução unificada n. 0001565-67.2012.5.24.0007, em trâmite perante o Juízo do Trabalho do Centro de Execução e Pesquisa Patrimonial de Campo Grande (MS) movida contra o Espólio de Francisco de Assis Moura, foi determinada a penhora dos direitos minerários objeto da demanda acima citada, no qual a empresa Vetria Mineração S/A ofereceu proposta para aquisição dos

direitos minerários penhorados.

Afirma a suscitante que se manifestou perante o Juízo trabalhista ora suscitado informando que possuía contrato válido e eficaz firmado com o espólio executado e, por isso, "a fim de exercer o seu direito de preferência na aquisição dos direitos minerários", ofereceu proposta superior à apresentada pela Vetria.

Todavia, após o Sr. Breno Gomes Moura, efetuar pesquisa junto ao juízo trabalhista sobre o total das execuções reunidas no processo n. 0001565-67.2012.5.24.0007, e receber a informação de que o débito exequendo total perfazia o montante de R\$ 11.501.657,18, a empresa Vetria apresentou nova proposta "sub-rogando-se ao pagamento da totalidade da execução unificada, conforme valor apurado pelo Sr. Breno Gomes Moura" (fl. 8).

Os executados concordaram com a referida proposta que restou acolhida pelo Juízo trabalhista ora suscitado, "sem que fosse oportunizado à SIMASUL, ora Suscitante e verdadeira detentora dos direitos minerários, a chance de se manifestar e apresentar nova proposta" (fl. 9).

Diante disso, a SIMASUL opôs embargos declaratórios, que foram rejeitados.

Defende a suscitante a existência de conflito de competência entre os juízos suscitados, tendo em vista que "a adjudicação tal como performada pelo MMº JUÍZO DO CENTRO DE EXECUÇÃO E PESQUISA PATRIMONIAL DO E. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO ultrapassa a competência do MMº JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE CORUMBÁ/MS responsável pelo julgamento da demanda que versa sobre os direitos minerários objetos do contrato firmado entre a Suscitante e o ESPÓLIO, questão sub judice nos autos do processo nº 0803127-78.2020.8.12.0008, atingindo instrumento válido, eficaz e firmado com terceiro de boa-fé alheio à execução trabalhista" (fl. 10).

Postula a concessão de medida limiar a fim de que "obstada a adjudicação dos direitos minerários objetos de demanda civil nos autos do processo nº 0001565-67.2012.5.24.0007, em trâmite perante o MMº JUÍZO DO CENTRO DE EXECUÇÃO E PESQUISA PATRIMONIAL DO E. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, tendo em vista a competência exclusiva do MMº JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE CORUMBÁ/MS para deliberar sobre questões decorrentes de instrumento particular de natureza eminentemente civil" (fl. 17).

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Nos termos do art. 66 do Código de Processo Civil, há conflito de competência quando:

- I - 2 (dois) ou mais juízes de declaram competentes;
- II - 2 (dois) ou mais juízes se declaram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência;
- III - entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

No presente caso, em análise perfunctória, não visualizo, em princípio, a existência de conflito de competência, uma vez que não há nos autos decisão dos juízos suscitados declarando-se competentes ou incompetentes para o mesmo processo, ou ao menos decidindo acerca de questão objeto de jurisdição alheia que configurasse declaração implícita de competência.

O Juízo de Direito da 3a. Vara Cível de Corumbá (MS) assim decidiu acerca do pedido de antecipação de tutela nos autos de ação de rescisão contratual ajuizada pelo Espólio de Francisco de Assis Moura contra a ora suscitante:

01. Trata-se de ação de resolução contratual cumulada com cobrança e indenização por lucros cessantes, onde se pretende, liminarmente, a rescisão contratual do documento firmado entre as partes. Discorreu acerca da realização de contrato de concessão para extração de minério de ferro no imóvel rural de propriedade do autor, contudo, as rés não efetuaram as medidas cabíveis para tanto. Afirmou, ao final, que em razão da inércia da ré, perdeu o direito de extração minerária, e que teme pela continuidade do inadimplemento do contrato, tendo em vista o pedido de recuperação judicial realizado pelas demandadas. Juntou documentos (fls. 11153).

É o relatório. Decido.

[...]

Considerando isso, com o máximo respeito, não vislumbro o perigo de demora no caso. Principalmente porque conforme o próprio autor relatou na inicial, a parte ré jamais realizou as atividades conforme acordado, desde o primeiro contrato, firmado em 03.11.2017. [...].

Outrossim, insta mencionar que a liminar pretendida afigura-se com perigo de irreversibilidade, característica vedada pelo § 3o. do art. 300 do Código de Processo Civil. [...].

03. Diante do exposto, ausente os requisitos do art. 300 do CPC, INDEFIRO a liminar vindicada." (fls. 30-33).

A discussão nesses autos, ao que se vê, refere-se ao descumprimento e rescisão do contrato de concessão para extração de minério de ferro firmado entre a suscitante e o Espólio de Francisco de Assis Moura.

Por outro lado, no juízo trabalhista suscitado, está em curso execução coletiva de dívidas interposta contra o mesmo espólio, no qual houve a adjudicação de bem penhorado para quitação dos débitos exequendos.

Assim, ambas as demandas têm objetos diferentes, ainda que o bem penhorado e adjudicado seja o eventual crédito decorrente dos direitos minerários *sub judice* na ação de rescisão contratual.

Portanto, o acolhimento do pedido de adjudicação dos direitos minerários pertencentes ao Espólio de Francisco de Assis Moura (executado) e penhorados na execução trabalhista, efetivado por decisão do Juízo do Trabalho do Centro de Execução e Pesquisa Patrimonial de Campo Grande (MS), não parece invadir a competência do Juízo de Direito da 3a. Vara Cível de Corumbá (MS) nos autos da ação de rescisão

contratual, que continuará seu curso normal, com a empresa adjudicante no polo ativo da lide, se for o caso.

Registre-se que o conflito de competência não pode ser utilizado como sucedâneo recursal nem pode resolver questões que devem ser dirimidas nas instâncias ordinárias.

Assim, ausente o *fumus boni iuris*, indefiro o pedido liminar, sem prejuízo de ulterior deliberação pelo ministro relator.

Comunique-se os Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias.

Em seguida, encaminhe-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente